

## O ÊXODO DA MINORIA BRANCA DE ANGOLA

Adaptações ao contexto brasileiro<sup>1</sup>

### EXODUS OF WHITE PEOPLE MINORITY FROM ANGOLA

Adaptations to the Brazilian context



ISABEL DE SOUZA LIMA BARRETO  
Doutoranda PPGH-UFF  
Niterói, RJ -Brasil  
[belsljbarreto@gmail.com](mailto:belsljbarreto@gmail.com)

**Resumo:** Este trabalho visa refletir sobre o processo de adaptação de migrantes que chegaram ao Brasil entre fins de 1974 e o ano de 1976 por conta do processo de descolonização de Angola. Há aqueles que migraram com recursos próprios diretamente para o Brasil; há quem tenha vivido um período em Portugal ou África do Sul antes de se fixar permanentemente no Brasil. Quando chegaram aqui, alguns encontraram facilidades no processo de acolhimento e adaptação. São esses: parentes que já viviam no Rio de Janeiro, facilidades oferecidas pelo governo brasileiro para tirar documentos de permanência, assistência de instituições da comunidade portuguesa, e até mesmo ajuda de pessoas desconhecidas. A adaptação, entretanto, não foi fácil para todos. Há, entretanto, quem tenha passado por dificuldades iniciais. Para dar uma melhor compreensão da chegada desses imigrantes, faremos referências à guerra colonial, à questão racial e ao processo de descolonização.

**Palavras-Chave:** Angola. Descolonização. Êxodo. Brasil.

**Abstract:** This paper aims to reflect about the process of adaptation of migrants who arrived in Brazil between the end of 1974 and the year of 1976 because of the decolonization process of Angola. There are those who migrated with their own resources directly to Brazil, there are those who lived a period in Portugal or in South Africa before settling permanently in Brazil. When they arrived here, some found facilities in the process of reception and adaptation. These are: relatives who lived in Rio de Janeiro, facilities created by the Brazilian government to get visas, assistance by institutions of the Portuguese community, and even assistance by unknown persons. There are, however, who has gone through initial difficulties. To give a better comprehension of the arrival of these immigrants, we'll do references to the colonial war and to the decolonization process.

**Key-Words:** Angola. Decolonization. Exodus. Brazil.

---

<sup>1</sup> Artigo submetido à avaliação em 18/01/2012 e aprovado para publicação em 21/03/2012.

## Introdução

Entre 1961 e 1974, deu-se a guerra de independência de Angola. A Revolução dos Cravos, iniciada com o 25 de Abril de 1974, põe fim ao regime ditatorial do Estado Novo (1933-1974). Inicia-se um processo delicado de negociações que encerra o conflito. É estabelecido um governo de transição formado pelos três movimentos que lutavam pela independência (FNLA, MPLA e UNITA) e por autoridades portuguesas. Tal medida prepararia a mais rica das colônias portuguesas no século XX para a sua emancipação política. A relação entre os movimentos de libertação, entretanto, era marcada por hostilidades. No início do ano de 1975, rebentam combates entre os três movimentos, no prenúncio do que viria a ser uma sangrenta e longa guerra civil. Devido ao clima de insegurança instalado no país, ao longo daquele ano, sobretudo no segundo semestre, deu-se o êxodo da minoria branca.

Em uma entrevista a um jornal inglês, Viriato da Cruz declarou que os brancos em Angola teriam, após a independência, os mesmos direitos civis da maioria negra, porém não teriam privilégios. Marcelo Bittencourt mostra que em cartas trocadas com Lúcio Lara - outro dos nomes de destaque do movimento - Viriato da Cruz defende a incorporação de militantes brancos (BITTENCOURT: 2002, p. 188-189).

A questão racial era entendida como fator de mobilização das massas. Viriato da Cruz, um dos principais nomes do Movimento Popular pela Libertação de Angola, o MPLA, havia declarado na mesma entrevista que:

O racismo das massas é o elemento mais dinâmico do nacionalismo africano. Não fomos nós que o criamos. Ele existe por virtude da opressão que os africanos têm sofrido durante séculos em contato com os colonialistas europeus. Rejeitar esse elemento como fator de luta seria politicamente errado (...). De resto, os líderes africanos não são racistas. Alguns deles, mesmos, são casados com mulheres européias (CRUZ, *apud* BITTENCOURT, 2002, 187).

No que se refere ao posicionamento político da minoria branca, Adolfo Maria<sup>2</sup>, em entrevista concedida ao historiador Fernando Pimenta, esclarece que havia uma escassa minoria dentro da população branca muito politizada opositora do salazarismo e que era favorável à independência política de Angola, não importando o regime político em vigor em Portugal. A partir da década de 1940 é possível dividir o posicionamento político dentro desse grupo em três diferentes vertentes. A primeira delas era formada por simpatizantes da ditadura salazarista. A segunda era composta por portugueses, opositores do regime, radicados em

---

<sup>2</sup> Adolfo Maria – Nascido em Angola, filho de imigrantes transmontanos, envolveu-se na luta anticolonial ingressando primeiro na FUA, Frente de Unidade Angolana, e posteriormente membro do MPLA, Movimento Popular de Libertação de Angola.

Angola ou que para lá foram deportados por razões políticas. Esse era o grupo mais politizado. A terceira, formada por angolanos brancos nacionalistas e/ou favoráveis à independência, com a qual, entretanto, tinham pouca ou nenhuma ligação. Esses grupos, entretanto, eram minoritários dentro da população branca, “no geral politicamente amorfa e incapaz de encontrar alternativa ao papel que Lisboa lhe reservou: ser um instrumento do regime colonial”. (PIMENTA, 2006, p. 35)

No que se refere às ideias relativas à independência, Adolfo Maria destaca cinco posicionamentos. São eles:

- 1) Desprezo pela metrópole e hostilidade com os colonos recém-chegados, porém com pouca ou sem familiaridade com o conceito de independência;
- 2) O desejo pela independência, mas com Angola sendo governada por membros da minoria branca, integrando a elite mestiça e negra “assimilada”;
- 3) A defesa, de uma independência de tipo rodesiano, ou seja, o país seria governado por membros da minoria branca somente;
- 4) Um grupo liberal da burguesia branca de Angola, que defendia uma independência para a totalidade da população, mas com a elite branca como condutora;
- 5) Finalmente, um grupo reduzido de intelectuais progressistas, muito influenciado por ideias de esquerda, defensores da entrega do poder à maioria negra.

O desenrolar dos acontecimentos em território angolano ao longo do ano de 1975 leva ao êxodo da minoria branca, mas não somente, pois também deixaram o território negros e mestiços. Como para o Brasil se dirigiram majoritariamente brancos, vamos focar a análise nesse grupo.

### **A guerra de independência**

Dois acontecimentos destacam-se quando se toca no tema do princípio da guerra de independência em Angola: em 4 de fevereiro de 1961, três ações diferentes foram postas em prática: os ataques à esquadra da Polícia de Segurança Pública (PSP), à cadeia de São Paulo e à Casa de Reclusão. O objetivo era libertar presos políticos detidos em 1959 e 1960. Reivindicado pelo MPLA, obteve alguma repercussão internacional, visto que coincidiu com o

sequestro do navio Santa Maria. Esta, segundo Marcelo Bittencourt, foi a maior ação urbana da guerra de independência. A ação falha e é duramente reprimida pela Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), atuante nas colônias desde 1957, e por membros da população civil da cidade, que protagonizam cenas violentas contra as populações dos musseques (bairros periféricos) da capital. (BITTENCOURT, 2002, p. 69-70)

O segundo acontecimento corre em 15 de março do mesmo ano. Nesse dia, aproximadamente cinco mil homens armados de catanas atravessaram a fronteira norte de Angola ao longo de 300 quilômetros. Tais incursões foram executadas pela UPA, posteriormente FNLA, movimento liderado por Holden Roberto e cuja base se situava no Congo Belga. Estudiosos do conflito angolano tendem a encarar essa segunda data como seu marco inicial. Os alvos dos ataques eram civis: colonos e suas propriedades, assimilados negros e mestiços e trabalhadores ovimbundo que, tendo deixado o sul do país, dirigiram-se ao norte para trabalhar (PEIXOTO, 2009). A reação portuguesa foi igualmente violenta.

Portugal enfrentou em Angola três movimentos que lutavam pela independência: a já referida UPA/FNLA, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), formada a partir da saída de Jonas Savimbi e outros dissidentes da FNLA, em 1966. Para Norrie Mac Queen, a guerra angolana pode ser dividida em três fases: Ascensão da UPA/FNLA (1961 a fins de 1963), disputas internas na FNLA e dúvidas quanto à extensão da campanha guerrilheira (1964 a cerca de 1970), a última fase sendo a do reaparecimento das tensões internas no MPLA.<sup>3</sup> A FNLA tinha um apoio cada vez maior fora da África. Foi reconhecida pela Organização da Unidade Africana (OUA) como único movimento legítimo de contestação ao colonialismo português em Angola. Além disso, passou a receber apoio financeiro do governo Kennedy, uma vez tendo ficado clara sua posição pró-ocidente na conjuntura da Guerra Fria. (Mac Queen, 1998)

O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) contava com mestiços entre seus fundadores. Destacam-se nomes como Viriato da Cruz, Mário de Andrade e Lúcio Lara. O movimento, no momento da sua criação, tinha uma proposta aglutinadora, sem diferenciação de raça, etnia, tendência política, religião, entre outras. O grande número de mestiços presentes no movimento levaria a UPA/FNLA a chamá-lo de movimento de “filhos de colonos”. Com relação ao papel exercido pelos conceitos de raça e etnia, nos diz Marcelo Bittencourt:

(...) são elementos a serem levados em conta no estudo das disputas internas nos movimentos de libertação e podem facilmente ser adotados como caminhos para a

---

<sup>3</sup> Ao longo do conflito, este movimento passou por crises e cisões. A primeira delas data de 1962, ano em que Agostinho Neto chegou a sua presidência.

expressão de posições e consciências sociais diferenciadas. Ambos os fatores – embora não apenas eles – podem ser considerados como causa de diferenciação e de luta entre grupos divergentes, quer dentro dos movimentos quer entre eles. No entanto, não se deve pressupor que exista uma tendência natural dos africanos – e, no caso específico, dos angolanos – para interpretar e apreender a realidade apenas pelo prisma étnico ou mesmo racial. Essas são algumas das possibilidades existentes e que estão ligadas à conjuntura e ao tipo de resposta que se espera dar e obter, principalmente, no terreno da política. (BITTENCOURT, 2002, p. 169)

Quanto à UNITA, Jonas Savimbi fundou-a após suas conversações com líderes do MPLA para uma filiação não terem tido sucesso. Antes de fundar este movimento, retornou à Suíça para terminar seu curso de Ciências Políticas. Tinha boas relações com líderes como Gamal Abdel Nasser, do Egito, e com países do bloco soviético. Apesar disso, não teve o apoio esperado para fundar uma nova organização. Este veio apenas da China. A UNITA, União Nacional para a Independência Total de Angola, foi assim fundada em Janeiro de 1965.

Savimbi criticava a ligação de Holden Roberto, líder da UPA/FNLA com os Estados Unidos. Segundo Carolina Peixoto, a filosofia da UNITA defendia que não houvesse tanta intervenção externa e a mobilização do povo do interior do país para a guerra. Inspirada nas ideias de Mão Tse Tung, tinha nas áreas rurais suas bases de apoio. Seus membros eram camponeses, operários e uns poucos estudantes. Assim como o MPLA, a UNITA condenava o tribalismo. As questões étnicas e raciais também eram preocupações do movimento. A estratégia política aqui era o reconhecimento do mosaico étnico e linguístico do país. A etnia era vista como a base da sociedade; o reconhecimento dos usos e costumes de cada grupo visava que se vissem representados na sociedade. A força de Savimbi repousava no fato de ele ser membro da etnia ovimbundo, a maior de Angola. Quanto aos brancos, para ele, poderiam ficar no país independente com a condição de optarem pela nacionalidade angolana. Já os mestiços, esses sim eram mal vistos. Eram encarados como fantoches do regime colonial português. Essa pode ser uma das razões da oposição entre UNITA e MPLA. (2009, p. 116-117)

As relações entre os movimentos de libertação nacional, no período entre 25 de abril de 1974 e a independência, a 11 de novembro de 1975, tornam-se cada vez mais difíceis. Com a Revolução dos Cravos houve a interrupção da guerra e o início das negociações para uma rápida descolonização marcada pela incapacidade do governo de Lisboa em assegurar a transição para a independência, por um clima de guerra civil e conflito racial cujo fim era uma

rápida africanização do poder econômico e político. Tal quadro provoca, ao longo do ano de 1975, o êxodo da minoria branca residente nas colônias. (PIRES, 1998, p. 184)

### **A transição para a independência**

A primeira reação à Revolução dos Cravos foi-lhe favorável, pois a ditadura salazarista era associada por setores da minoria branca a constrangimento e ineficiência. A população de origem europeia acreditava que pouco iria ser modificado quando Spínola, como novo presidente de Portugal, declarou que conduziria pessoalmente a descolonização de Angola e nomearia Silvino Silvério Marques como governador dessa província. Mudanças seriam, entretanto, feitas. Tal fato levou a conflitos. Na metade de 1974, os conflitos entre brancos e negros em Angola estavam no centro da cena política. Aqueles que apoiavam as teses estado-novistas ou soluções federalistas passaram, segundo Carolina Peixoto, a tentar golpes para evitar a transferência do poder para os movimentos de libertação com intuito de manter a estrutura da sociedade. Aderiram então a movimentos clandestinos que postulavam uma solução rodesiana. (PEIXOTO, 2009)

Outras soluções foram também debatidas. Havia brancos, como apontado por Adolfo Maria (e mestiços) que tinham uma orientação liberal democrática, ocasionalmente socialista, que faziam oposição a Salazar, Estes estavam representados por movimentos democráticos. O primeiro partido político a buscar apoio da comunidade branca foi o PCDA (Partido Cristão Democrático de Angola). Tendo surgido em maio de 1974, defendia uma “descolonização consensual”. Através disso, buscava atrair assimilados, figuras políticas africanas que não se envolveram nos movimentos de libertação e os brancos economicamente menos favorecidos. No dia 19 de julho de 1974 foi fundada a FRA (Frente de Resistência de Angola), representando “setores do capital angolano”. Reivindicava uma abertura de conversações entre os movimentos de libertação e a comunidade branca. (PEIXOTO, 2009)

O processo de transição que marca este momento configurou-se como bastante delicado. Os acontecimentos na capital metropolitana pegaram de surpresa os movimentos de libertação. Em um primeiro momento, para o Governo de Lisboa punha-se a questão de com quem negociar. Os três movimentos e as autoridades portuguesas reuniram-se no Algarve entre 10 e 15 de Janeiro de 1975. Definiram-se aí os procedimentos da transferência do poder político em Angola. Este ficou conhecido como Acordo de Alvor, feito a duras penas, segundo

Kenneth Maxwell, estabelecendo um equilíbrio delicado e precário. Agendou-se a independência angolana para 11 de novembro de 1975. Até então haveria um governo transitório, dirigido por um colegiado de três membros, representando cada um os três movimentos. O governo português seria representado por um alto-comissário nomeado pelo presidente da República. Este não poderia intervir no governo. Sua função seria controlar a defesa e a segurança e “arbitrar diferenças”. (MAXWELL, 1995)

Pelo acordo, haveria a formação de um exército de oito mil membros, o exército português manteria um efetivo de 24 mil soldados até a independência, e as tropas seriam retiradas em fevereiro de 1976. O acordo previa também eleições para uma Assembléia Constituinte antes da independência. Os três movimentos concordaram em manter suas posições inalteradas ao longo desse período. (MAXWELL, 1995)

Em 31 de janeiro de 1975, como previsto, o governo de transição entra em vigor. O colégio presidencial foi formado por Lopo do Nascimento (MPLA), José N’Dele (UNITA) e Johnny Eduardo (FNLA) e pelo general Silva Cardoso, alto-comissário português. A posse ocorreu em clima de “civismo e união patriótica” (PEIXOTO, 2009, p. 159). Entretanto, logo as discordâncias entre os movimentos de libertação ficaram evidentes. Foram travadas sérias batalhas partidárias. Não havia confiança entre os membros da junta governativa, confiança que os representantes portugueses não conseguiam cultivar. O governo português reconhece o MPLA como movimento com quem negociar a independência.

Os três movimentos tiveram diferentes estratégias para serem aceitos pela minoria branca. Quanto a isso, Adolfo Maria revela a Fernando Pimenta que:

Desde 1974 e, sobretudo, início de 1975 que havia militantes brancos em cada um dos três movimentos – até havia famílias em que as pessoas estavam repartidas pelos três movimentos. Aliás, ocorreu uma coisa curiosa. Em 1974/1975, os movimentos mais antibrancos, isto é, a FNLA e a UNITA, foram os que se mostraram mais abertos à entrada de brancos nas suas fileiras como militantes e quadros. Subitamente a FNLA passou a ter muitos brancos – talvez mais do que o próprio MPLA – possivelmente porque a FNLA não tinha implantação urbana, e como tal, precisava de brancos para se implantar nas cidades. Além disso, a FNLA estaria ideologicamente mais próxima da maioria dos brancos (pelo contrário o MPLA representava o ‘papão comunista’) (PIMENTA, 2006, p. 137-138)

Ainda segundo Adolfo Maria, em seu depoimento a Fernando Pimenta, uma vez que, pelos Acordos de Alvor, seriam realizadas eleições, a maioria da população branca estava se sentindo segura. Houve, entretanto, grupos dentro a minoria branca (e também alguns negros e mestiços) e que tinham comprometimento com a repressão colonial, que partiram de Angola

logo que se deram os Acordos de Alvor. A grande maioria dos brancos indicava que permaneceria no país. (PIMENTA, 2006, p. 135-136).

Em Abril, a situação piora na capital. Há troca de tiros, raptos e assassinatos entre membros dos três movimentos. O êxodo da minoria branca ainda não começa. Acreditando que tal situação seria passageira, embarcam para Lisboa mulheres e crianças, o que ocorre em grande número a partir de junho. Os homens ficam. À medida que a situação se agravava, muitos levam seus bens para os portos com intuito desses serem levados a Portugal. O pânico toma conta da população a partir da batalha de Luanda, entre julho-agosto de 1975. O MPLA expulsa a UNITA e a FNLA da capital. O ápice do êxodo ocorre entre os meses de setembro, outubro e novembro de 1975. (PIMENTA, 2006). Os aeroportos de Angola ficam cada vez mais lotados de pessoas em fuga. Ainda segundo mesmo autor:

A tragédia do êxodo dos brancos angolanos –. Que recorda a fuga traumática dos pied-noirs argelinos em 1962 – afetou cerca de 300.000 pessoas, as quais se estabeleceram, **sobretudo, em Portugal, mas também no Brasil, África do Sul, Rodésia do Sul, etc. Estima-se que pouco mais de 30.000 (10%) brancos permaneceram em Angola após a Independência, em 11 de Novembro de 1975.** (PIMENTA, 2004, p. 26)

### **O êxodo, a chegada e adaptação dos imigrantes no Brasil**

Em Portugal, ao longo daquele ano, chegam por volta de meio milhão de portugueses radicados nas colônias. De Angola, colônia com uma população branca mais expressiva, chegam 61% desse total. Se forem contabilizados também os que desembarcavam em Lisboa vindos de outras colônias, como Moçambique, por exemplo, que representavam 34%, Portugal recebeu um acréscimo populacional de 5%. Houve, entretanto, quem optasse por não ir para a Europa.

Parte dos que deixaram Angola veio para o Brasil. O fluxo de refugiados é tão expressivo, que não só a imprensa cobre a chegada, mas entre os meses de outubro e novembro, o governo Ernesto Geisel monta uma força-tarefa em São Paulo e no Rio de Janeiro. Esta, formada por representantes de três ministérios (Relações Exteriores, Trabalho e Justiça) tem como finalidade regularizar os papéis de permanência dos recém-chegados em apenas três a cinco dias - quando o prazo normal é de quarenta e cinco a cinquenta - de ajudá-los a conseguir um emprego e fornecer-lhes documentos (muitos aqui chegaram sem nenhuma documentação). Houve quem, além disso, chegasse apenas com a roupa do corpo. É



importante que se diga que, entre os que aportam na margem de cá do Atlântico, nem todos são portugueses ou angolanos brancos. Há, embora em menor número, negros e mestiços. Houve também o envolvimento de associações de imigrantes portugueses no auxílio para arranjar casa e emprego. No que se refere a números, eram milhares.<sup>4</sup>

Na sua edição de 19 de novembro de 1975, a revista *Veja* noticia que às vésperas da independência, ainda permaneciam em Angola cerca de 50 mil portugueses. Aqueles que saíram o fizeram de barco, de carro até a África do Sul ou através da ponte aérea (a maior já vista no continente, segundo a revista), da qual participaram, além da TAP, aviões da Holanda, Suíça, União Soviética, Alemanha Ocidental e Inglaterra. Houve quem deixasse Angola com recursos próprios comprando passagens pela Varig, vindo, neste caso, direto para o Brasil. A ponte aérea foi iniciada em setembro e encerrada em novembro. Chegavam a decolar 15 aviões por dia levando em média 400 pessoas. A reportagem aborda também o êxodo interno das populações rurais, a que chama de “igualmente aterrador”.

Outra reportagem na mesma edição informa que, só em São Paulo, já havia 2 500 pessoas. No Rio, os refugiados também são recebidos, por exemplo, pela Federação das Associações Portuguesas e Luso Brasileiras, que forneceu hospedaria, alimentação e ajuda para encontrarem emprego. A reportagem aborda ainda a chegada de 25 refugiados em um barco a Salvador. Embora sem estatísticas do Itamaraty, calculava-se em seis mil o número de refugiados chegados de Angola. O perfil desses imigrantes é o seguinte: esmagadoramente brancos, desempenhavam profissões de classe média, embora sem instrução ou dinheiro.

Cabe aqui fazermos algumas reflexões acerca do fenômeno das migrações e do êxodo. Há poucos estudos sobre este grupo de imigrantes no Brasil, todos concentrados em São Paulo e levados a cabo por pesquisadores do Centro de Estudos Rurais e Urbanos, CERU. Além desses, a imprensa da época é muito importante para se compreender como se deu a chegada ao contexto brasileiro. Devemos destacar que a correspondência diplomática do período já liberada para pesquisa é igualmente fundamental. Os relatos orais desses imigrantes contam, assim, como uma fonte de informação adicional sobre o processo. A migração, como apontam Zeila Demartini e Alice Beatriz Lang:

(...) é um fenômeno complexo, podendo ser visto como um fato coletivo e como uma experiência pessoal. Pode ser estudada de várias formas, sob perspectivas as mais diversas e com base em fontes também diversas: fontes escritas (dados censitários, imprensa, correspondência, documentos vários, romances, etc.), fontes

---

<sup>4</sup> Essas informações foram obtidas a partir de periódicos da época, como a *Revista Veja*, edições 371 de 15/10/1975 e 19/11/1975, respectivamente.

*orais, fontes iconográficas, observação participante.* As fontes podem ser preexistentes ou criadas pelo pesquisador. (DEMARTINI e LANG, 2008, p. 212)

Aprofundando a questão do migrante e abordando a questão do exílio, Cláudia Cardoso procura compreender o universo desses indivíduos a partir de uma abordagem fenomenológica. Segundo esta, o exílio está ligado ao deslocamento no tempo e no espaço. Ser um exilado é estar em contato com a ruptura e a perda. Uma das muitas situações possíveis de origem do fenômeno do exílio é a fuga de uma situação de guerra. A experiência do exílio dos depoentes ouvidos por Cardoso é marcada pela divisão de famílias, a destruição de lugares pela guerra, o bairro onde passaram a infância, entre outras questões (CARDOSO, 2008). Abordar a questão a partir do conceito de exílio tem como razão o fato de que, na imprensa, os termos usados para referi-los são: refugiados e exilados. No que se refere à experiência de imigrante, a visão de Abdelmalek Sayad mostra que as experiências do emigrante e do imigrante inscrevem-se no deslocamento no espaço. De acordo com Sayad, a emigração tem uma relação dialética com a imigração. Dessa forma:

(...) para o autor, a dualidade de um mesmo fenômeno, a emigração e a imigração, se mostra, na medida em que um determinado conjunto de circunstâncias sociais leva a que a população de um determinado local e época dê origem, do mesmo modo, a uma forma também particular de imigração em outro lugar, ideia que ilustra as diferentes fases migratórias que marcam a ida dos colonos portugueses para Angola. Desta forma, pode-se caracterizar o fenômeno como um processo não uniforme, regulado por ondas distintas ao longo do tempo. Seguindo o raciocínio do autor, os diversos grupos pertencentes a estas “idades de imigração” se distinguem dentro da comunidade imigrante, perpetuando a existência de diferentes categorias de emigrantes e imigrantes. (CARDOSO, 2008, p. 23 - 24)

Os artigos produzidos pelos pesquisadores paulistanos apontam questões que têm guiado nosso estudo. Entre elas estão: referências à sociedade portuguesa, de onde vieram suas famílias; a vivência em Angola (onde muitos nasceram ou para onde imigraram ainda crianças) e a chegada e adaptação no contexto brasileiro de adoção. No início da pesquisa utilizamos como método a história oral temática com um questionário de perguntas. Nesta forma de pesquisa, “este se torna peça fundamental para a aquisição dos detalhes procurados”. (MEIHY e HOLANDA, 2007, p. 40).

Percebemos que este método, entretanto, não se mostrou eficaz. Por essa razão, fizemos ajustes e passamos a utilizar depoimentos baseados nas histórias de vida desses imigrantes. Através da metodologia da História Oral:

Enquanto os historiadores estudam os atores da história à distância, a caracterização que fazem de suas vidas, opiniões e ações sempre estará sujeita a ser

descrições defeituosas, projeções da experiência e da imaginação do próprio historiador: uma forma erudita de ficção. A evidência oral, transformando os “objetos” do estudo em “sujeitos”, contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira. (THOMPSON, 2002, p. 137)

A utilização deste método permite perceber como, a partir da memória, o indivíduo reconstitui sua vivência e elabora sua identidade. Optamos por analisar a relação entre memória/identidade e histórias de vida a partir da reflexão de Michael Pollack. O autor explica que os elementos que constituem a memória, seja ela individual ou coletiva, são de dois tipos: os acontecimentos vividos pessoalmente e os vividos por tabela. Além deles, a memória é reconstituída por personagens e por lugares. Em meio a estes três fatores, a memória:

(...) é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLACK, 1992, p. 204)

Desta forma, nas memórias dos depoentes ouvidos até agora, temos o seguinte quadro: há depoentes cujas famílias já estavam em Angola há três, quatro gerações:

Represento quatro gerações nascidas em Angola. Eu nasci lá, meus filhos nasceram lá meus pais nasceram lá, os meus avós também lá nasceram. Os meus oito bisavós são da Ilha da Madeira. Eles emigraram para Angola por volta de 1880. Em 1885, chegou uma grande leva de madeirenses, que foram para o sudoeste de Angola incentivados pelo governo, o qual os transportou e deu algumas condições para eles se instalarem na região da Huíla, Serra da Chela, uma região planaltina, a 1700/1900 metros de altitude. Receberam sementes, gado, transporte. (N.P.)

Há aqueles que lá nasceram filhos de pais portugueses. Há os que migraram ainda crianças para Angola juntamente com os pais. Suas lembranças remetem às cidades onde viveram (Bengela, Lubango, Nova Lisboa (Huambo), Lobito, Luanda, o enclave de Cabinda, etc.) e ao meio rural. Alguns depoentes viveram em uma só cidade até a saída do país, outros mudaram de cidade mais de uma vez:

Eu, eu em Nova Sintra, onde nasci, eu vivi por muito pouco tempo e... Com quantos anos eu saí de Nova Sintra? Acho que com uns quatro anos eu saí de Nova Sintra fui para Nova Lisboa, Huambo. E depois de Huambo, lá vivemos até mais ou menos uns oito anos, até eu fazer uns oito anos e onde meu pai teve a primeira pensão dele. Depois, entre oito e nove anos, nós fomos para Sá da Bandeira, que hoje é conhecida como Lubango e ali no Lubango nós vivemos até quando explodiu a guerra. (S.T.)

As memórias remetem também aos Liceus e às escolas técnicas onde estudaram, por exemplo, o Liceu Salvador Correia de Sá em Luanda e o Liceu Diogo Cão em Sá da Bandeira, atual Lubango. Fazem parte dos depoimentos também a convivência com negros e mestiços e

a evidência de uma identidade angolana separada dos portugueses. E, também, o que nos interessa mais detalhadamente para efeito deste trabalho, as rotas de saída do território angolano e a chegada ao Brasil, e seu conseqüente processo de adaptação.

As rotas de saída foram muito diferenciadas. A maioria das pessoas ouvidas de lá saíram por via aérea e com recursos próprios. Isto significa que compraram as próprias passagens: “Meu pai tinha dinheiro para comprar as passagens. A gente tinha recursos próprios pra sair” (O.G.). Houve casos daqueles que saíram com auxílio de amigos da família:

A gente salvou as roupas. O meu pai já tava com algumas lá, lá no carro, mas nem, nem mala, nós saímos sob fogo cruzado. Só que o M. G., ele, ele fez uma manobra lá que conseguiu ainda a tempo levantar o avião. Sei que... é porque já estavam atirando granadas e explodindo com fogo e todo o aeroporto, pra não deixar avião nenhum levantar. E o fogo quase...quando eu olhei assim pra trás, eu vi o fogo quase batendo no rabo do avião. (S.T.)

Outros, nos próprios carros. Estes dois últimos casos remetem a depoentes que, antes de chegarem ao Brasil, passaram pela Namíbia, África do Sul, ou ambas:

Vamos fugir para não morrer, lógico. Então iam se juntando em caravanas milhares de pessoas. Então, ali a gente, por exemplo, a nossa que eu posso falar. Nós saímos de Vila Teixeira da Silva, que é o Bailundo, passamos por Nova Lisboa, Sá da Bandeira, Cuando Cubango, até chegar à Namíbia. Ali foram quinze dias fugindo, ou pelo mato ou por casas, escondidos pra não morrer. Na Namíbia, nós ficamos um mês em campo de concentração. Todo mundo. Não éramos maltratados, não, mas eram campos enormes, enormes, enormes, talvez duas, três vezes este shopping todo. E ali ia todo mundo. O governo desse país botava todo mundo ali. E quando não tinha água, nos davam água de esgoto tratada, mas para beber era... Era difícil. E dali é que embarcamos para Portugal. Aí não era rota daqui e dali, não. Os países por onde a gente fugia é que procuravam dar apoio. (...) Nós chegamos à Namíbia, da Namíbia fomos para a África do Sul e da África do Sul é que fomos para Portugal. Porque Namíbia é fronteira com a África do Sul. (D.C.)

Outros fizeram neste país apenas uma ponte aérea para chegar ao país sul americano. No que se refere à escolha deste destino, pesaram os seguintes fatores: a existência de uma rede de parentesco já estabelecida (“Aqui, ele [pai] já tinha três irmãos aqui” (O.G.), a mesma língua O maior peso na decisão foi o ser culturalmente mais próximo de Angola e a língua, não é. Por outro lado, outra coisa que nos atirava para o Brasil era nós querermos ou não querermos Portugal” (L.N); o fato de também ser um país tropical e a determinação de não irem para Portugal devido a discordâncias no que se refere à forma de Portugal conduzir o processo de descolonização, à instabilidade política, econômica e social vivida pelo país europeu e pela má recepção que os “retornados”<sup>5</sup> tiveram ao lá chegarem: “A maioria desses

<sup>5</sup> Trata-se de termo pejorativo utilizado em Portugal que fazia e ainda faz referência àqueles que chegavam da África. O termo é contestado por muitos dos que deixaram as ex-colônias, pois muitos nunca haviam nem

angolanos, e também de outras colônias, voltou a Portugal, onde foram mal recebidos e discriminados e ali chamados de retornados de forma depreciativa” (N.P.). É opinião corrente que Portugal os tratou mal”:

O Brasil, ao contrário, é visto geralmente como os tendo tratado muito bem. O governo de Ernesto Geisel, como colocado acima, montou uma força-tarefa no Rio de Janeiro e em São Paulo. Na primeira dessas cidades, seu funcionamento deu-se em uma sala do Palácio do Itamaraty, e na última, na Galeria Prestes Maia:

O Brasil foi muito solidário, recebeu bem muita gente. O Itamaraty constituiu uma espécie de comitê, uma comissão de recepção e de legalização dessas pessoas. Durante semanas e semanas filas de pessoas se formavam no antigo Palácio Itamaraty, no Rio, tentando regularizar sua permanência, inclusive a minha mãe, os meus irmãos, amigos que ali estiveram. O governo brasileiro fez o que os governos revolucionários de Portugal não fizeram. (N.P.)

Logo na chegada, o auxílio veio de diferentes formas: há quem tenha sido ajudado por associações portuguesas, a quem o governo federal incumbiu a ajuda na chegada após o fim da força-tarefa. O papel das associações era ajudá-los a encontrar trabalho e moradia. Os recém-chegados recebiam, ainda no Aeroporto do Galeão, informações sobre para onde se dirigir. Chegando a associações ou clubes como, por exemplo, o Vila da Feira, no bairro da Tijuca, eram encaminhados para outros clubes, entre eles a Banda Lusitana, no bairro do Riachuelo:

É um clube recreativo, na Marechal Rondon, nas ruas perpendiculares na Marechal Rondon, tá? Uma dessas ruas chama-se Vitor Meirelles. Tem lá uma Banda Lusitana, que é um clube recreativo português também. Então é o seguinte: a parte de baixo é um escritório, cozinha. A parte de cima é um salão, onde antigamente chegavam a dar bailes e festas de casamento, essas coisas assim. Nesse salão, nós estávamos, melhor, não, algumas dezenas de retornados. Com filhos, com pais, com isto e com aquilo, gato, cachorro, passarinho. Nós vínhamos sozinhos, um casal. Do nosso lado tinham uns indianos que vinham com três filhos. (L.P)

Outros foram acolhidos por parentes:

Eu tinha familiares aqui, que já estavam aqui no Brasil. Tinha três tios, tinha primos, tinha tudo aqui no Brasil, já estavam aqui no Brasil. Tinha o irmão da minha mãe, tinha mais três tias da família do meu pai, tinha aqui. Eu tinha aqui o irmão da minha mãe, que eu me correspondia com ele. Eu dizia pra ele que eu gostava muito do Brasil: “Ah, um dia eu vou aí, um dia eu vou aí”; e o meu padrinho, que também era meu tio, meu padrinho morava aqui. Aí eu, nessa situação na casa da minha mãe, com uma criança de três anos, que ela veio a fazer quatro anos aqui, e a minha mãe não dava comida, não dava quase nada, eu passava muita fome e a minha filha na época tinha três anos. Eu, na hora do almoço e na janta, eu via os meus tios era bem perto e eu via ‘eles’ chegando, aí eu mandava minha filha pra lá nas horas do almoço pra lá pra darem comida pra ela. Eu passava fome, mas a minha filha não passava fome comigo. Eu não queria continuar nessa situação, até porque eu já tinha enfrentado filas do governo para nos dar um cobertor para nos dar leite, tá? Eu não queria mais viver nessa situação.

Escrevi para o meu tio: “Quero ir para o Brasil. Vocês não vão ter problema comigo”. E naquela altura existia carta de chamada, que é quando uma pessoa se compromete, manda uma carta, se compromete que, quando você chega aqui, a tomar conta de você, a ser responsável por você. (...) Então eu combinei com meu tio, ele que mandou a carta de chamada. Ele iria ser responsável por mim, tá? Com essa carta de chamada, nós íamos ao governo português e eles pagavam a viagem pr'aqui. Por que eu não tinha dinheiro pra passagem. E foi assim que eu cheguei ao Brasil. Cheguei no Brasil no dia 21 de abril de 1976. (F.A.)

Quem não tinha uma rede de parentesco, alugou quartos em hotéis, por exemplo, e logo começou a buscar emprego:

Olha, eu fui para um hotel, um hotel no Flamengo. Não conhecia, foi o motorista de táxi que me aconselhou a ficar no Flamengo: era mais ou menos no centro, e tal. E ficamos. Fiquei neste hotel sem dinheiro para pagar o hotel, mas fiquei num hotel. Não podia ficar na rua, não é? Fiquei num hotel. No dia seguinte, fui a procurar trabalho. (L.N.)

Não procuraram necessariamente ajuda de agências de emprego que também se envolveram no processo. O período de tempo para encontrar o primeiro emprego no novo contexto variou de poucos dias a um mês. Há um depoente que chegou ao Rio de Janeiro ainda criança. Ele e seu irmão mais velho foram matriculados em uma escola estadual. Como não tinham documentos escolares, foi permitido que fizessem uma prova de nivelamento. Com o resultado, foram matriculados nas séries que melhor correspondiam aos seus conhecimentos.

A adaptação ao novo país, para alguns, foi mais fácil; para outros, mais difícil. A língua, o clima, a ajuda que receberam foram fatores que favoreceram a adaptação:

(...) A gente foi bem recebido aqui, por qualquer um. Não é? Então essa hospitalidade que o povo te oferece, isso ajuda muito na adaptação, não é? Porque em momento nenhum aqui, a gente... às vezes tem aquela brincadeira da piada de português, mas você vê que é uma piada. Não é uma coisa assim de... De rivalidade, de rixa com alguma coisa. (...) Não. É as pessoas gostam. A gente tem aqui, os vizinhos vêm aqui, vêm aqui brincar com eles, as crianças vêm. Quer dizer, então existe isso. Essa coisa é muito boa aqui, a gente não pode dizer que não é. Essa facilidade, não é? Então isso ajudou muito. A gente ficou... a gente, quando saiu da casa do meu tio, a gente dependia mais dos vizinhos do que da família, e os vizinhos eram todos o quê? Eram todos brasileiros! Se houvesse alguma coisa assim contra a pessoa, não ia te fazer um favor. E aqui, quantos vizinhos não ajudaram a gente? Entendeu? (O.G.)

Houve casos de estranhamento inicial por causa das diferenças entre o português falado em Angola/Portugal e o português falado no Brasil:

Eu fui à polícia federal, né, pra tirar a documentação daqui com uma semana de Brasil. Chego lá, encontro uma fila enorme. Eu cheguei ao pé de um rapaz e falei assim: “Pode me dizer onde é que é o início da bicha?” E o homem me xingou de piranha. E eu levei aquilo, me xingou, mas me falou um horror, coisas... E eu levei aquilo... Eu pensei assim: “coitado desse homem, tá doente”. Por que piranha? Aqui não tem nem rio pra ter piranha, porque eu conheço piranha como um peixe.

Jamais pra mim uma prostituta ia ser uma piranha. Assim como eu também não sabia que eu estava xingando ele, ele achava que eu tava chamando ele de bicha. E eu só queria saber, até que veio uma portuguesa: “Não, ela quer saber onde é o começo da fila”. E eu digo: “Ah, tá”. “E tu, aí!” Ela virou pra ele e disse: “E tu estás a chamar ela de piranha por que, oh, seu viado?” Aí eu digo: “Olha, e por que a senhora chama ele de veado, porque um bicho, um veado pra mim é um bicho do mato, aquele que parece uma cabra, que nós tínhamos de monte em Angola.” (...). Agora você vê que confusão tamanha? Mas também não levei em conta, por quê? Porque se eu não sabia, porque que eu ia exigir dele que soubesse? Não é isso? Mas, de resto, foi tudo normal. (D.C.)

Outro fator apontado como causa das dificuldades de adaptação são as relações entre brasileiros e portugueses, mais especificamente a de alguns brasileiros. Houve, por conta disso, casos de imigrantes que não conseguiram se adaptar no novo contexto e emigraram novamente para outros países:

(...) o brasileiro talvez não compreendia ou acharam graça, ou outros porque era da índole deles faziam aquela piada: “Ah, é portuguesa, é?” Porque às vezes até ficava com certa vergonha de dizer pelo receio da pessoa vir a dizer algo que a gente não gostasse de ouvir. Porque às vezes a gente ouvia “Ah, porque portugu... vai embora, portugu... mas tu tá fazendo, tá fazendo o quê?” Quer dizer, às vezes a gente quer falar “Ah, mas eu não to adaptando não to... não sei não consigo gostar disto ou daquilo desta maneira” Ah, então veio pr’aqui fazer o quê?” Quer dizer, isso tudo são maneiras que a gente não aceita, porque você, a gente ia pra África do Sul, a gente vinha pr’aqui ou pr’ ali, a gente falava, mas a pessoa que estivesse conosco, ela não nos dava essa piada, ela tentava ajudar: “Não, não faça isso, não faça...” E às vezes a gente ouvindo, ouvindo essa piada, a gente se sentia como que levando um empurrão. Tanto que muita gente, muito angolano chegou a ir embora do Brasil. Tinha muito Angolano aqui, mas uma grande parte deles foi pra Lisboa, foi pra Portugal e eles voltaram ‘pra’ Angola, Moçambique... Não conseguiam se adaptar aqui. Gostavam, mas não se adaptavam. Eu fui uma das pessoas que custei a adaptar. (S.T.)

O que é confirmado por Zeila Demartini e Daniel Cunha (DEMARTINI; CUNHA, 2008). A cidade de chegada para a maioria foi o Rio de Janeiro. Quanto ao período de chegada dos nossos depoentes, há aqueles que desembarcaram aqui ainda em Dezembro de 1974, outros durante o ano de 1975, e também no ano seguinte. Ainda, segundo Demartini e Cunha:

Os velhos e novos colonos vindos de Angola tiveram o Brasil como destino desde o início da guerra colonial, no início dos anos 1960. Alguns militantes nacionalistas (não somente brancos, mas também mestiços, negros e indo-portugueses) vieram como fugitivos da repressão do regime salazarista, e formam ainda hoje uma rede, hoje internacional, de amigos. Vieram de diversas regiões daquele território. Evidentemente, mais de grandes cidades como Luanda, Nova Lisboa (hoje Huambo) e Benguela, mas também de outros lugares, tais como Cabinda, Bié, Cuanza Sul e Huíla. Mas é notável a quantidade de portugueses e luso-africanos encontrados em todo o Brasil. Oriundos, sobretudo de Luanda e Huambo. E vindos em meados dos anos 1970, sobretudo em 1975, altura de sua fuga da guerra civil angolana iniciada pela intensa luta armada pelo poder entre os movimentos de libertação. (DEMARTINI; CUNHA, 2008, p. 131)

## Considerações Finais

Nesta parte do trabalho vamos procurar mostrar quais os temas em que nossa pesquisa se aproxima ou se diferencia daquela feita pelos pesquisadores do Centro de Estudos Rurais e Urbanos. Devemos esclarecer aqui que, durante a pesquisa, foram ouvidos imigrantes que tiveram uma vivência em Angola e em Moçambique. Do estudo empreendido em São Paulo, sobressaem algumas questões. Estas são as seguintes: as condições de chegada à África (vivência, inserção nas sociedades para onde migraram, a possibilidade de ascensão social para muitos e a saída daquele continente); a escolha do local de destino, tendo Portugal uma posição de referência, mas que é preterida por conta de fatores, tais como: diferenças políticas, disputas no que se refere ao mercado de trabalho, a discordância quanto ao uso do termo pejorativo “retornados” por parte dos portugueses. O Brasil era uma opção por conta das redes de apoio aqui existentes. Por fim, outra questão que destacam é o retorno de familiares para Portugal, tanto de pessoas que vieram de Portugal quanto das que vieram da África.

No que se refere ao contexto africano, a pesquisa apontou quanto à identidade: relação entre brancos e negros era usualmente de trabalho (com os negros numa posição subordinada). Os pesquisadores apontam ainda que há entre seus depoentes a noção de que não havia racismo, discriminação. No que se refere à inserção na sociedade brasileira, poucos são aqueles que dizem ter incorporado traços de “brasilidade” em seus hábitos. Costumam identificar-se como portugueses, luso-africanos ou africanos; nos depoimentos, aparecem referências aos países que deixaram com um teor crítico às guerras e à pobreza lá existente, há também referências à perda de bens e aos deslocamentos.

Em relação à educação e à cultura, na pesquisa feita em São Paulo aparecem as seguintes questões: a busca da imposição do modelo metropolitano de educação; as discriminações na prática pedagógica, distanciamentos entre brancos e negros; dificuldades de inserção no sistema educacional brasileiro; os processos de escolarização foram diferenciados, dependendo da situação econômica das famílias. Os pesquisadores apontam ainda que há ambiguidades e desigualdades entre brancos e negros no que se refere à educação. No que se refere à educação brasileira, é vista como mais fraca que a ministrada tanto em Portugal quanto nas suas antigas colônias no continente africano.

Quanto à religião, duas coisas são perceptíveis: o exercício do catolicismo, por um lado e, em caso de contato principalmente com as religiões protestantes, também presentes, uma reflexão crítica quanto aos colonizadores (isto também ocorrendo na religião católica). A Igreja católica se fez presente através de suas ordens religiosas nas vidas dos depoentes das seguintes



maneiras: aqueles menos favorecidos economicamente tinham apoio de ordens de caráter assistencialista (tais como os Congregacionistas). Estas recebiam seus filhos e lhes forneciam comida e educação. Os que tinham mais condição econômica recorriam às escolas católicas porque as viam como mais rígidas e disciplinadoras que as escolas públicas. Algumas famílias mandavam seus filhos para estudar na Europa.

No que se refere às questões familiares, aparecem as separações de parentes por conta do êxodo. Este gerou famílias “intercontinentais”, constituídas por avós/ pais/filhos/ ou pais/filhos ou sozinhos. Há referências a ausências e convívio à longa distância.

Com relação às questões políticas, por fim, a pesquisa aponta para a complexidade do período. Entre os que viviam na África, o contexto político português era visto como conservador (principalmente no que tange às mulheres). Com relação a este tema, vale a pena aqui citarmos as conclusões dos pesquisadores:

Os vários grupos, as várias alianças, as várias propostas políticas etc.; a participação dos colonos brancos nas lutas de libertação das colônias africanas; a presença de pertencentes/aliados dos movimentos entre os que imigraram para São Paulo. Do ponto de vista das circunstâncias políticas do período, pudemos ir delineando um “mapa político” da situação colonial, com os vários grupos existentes, as alianças por eles estabelecidas, assim como a indicação de algumas propostas para as sociedades em constituição. Por meio dos relatos orais, pudemos apreender críticas contundentes tanto aos chefes políticos de Portugal, como às lideranças dos movimentos revolucionários; especialmente, tivemos algum contato com lideranças envolvidas nos processos revolucionários, por meio das representações dos que os apoiavam e dos que a eles se opunham. Também foi possível verificar a existência de diversos projetos de país, vinculados aos diferentes atores políticos envolvidos no processo colonial. (DEMARTINI;CUNHA, 2008, p. 135)

Quanto a nossa pesquisa, no que tange às semelhanças, os depoentes ouvidos abordam a chegada de suas famílias à África (no nosso caso, especificamente Angola). Alguns apontam que seus familiares imigraram em busca de uma vida melhor do que a que tinham em Portugal. A imigração para Angola ocorreu entre as décadas de 1880 e 1960. Há quem aponte que a família de geração para geração progrediu economicamente. Há aqueles cujos pais já foram para Angola com emprego garantido, tanto em empresas privadas como em atividades ligadas ao governo português.

No que se refere ao período vivido em Angola, aparecem as seguintes questões: a maioria dos que foram ouvidos tiveram vivências urbanas, poucos sendo aqueles que viveram no meio rural. Há, entre nossos informantes, aqueles que relatam haver sim racismo, porém este sendo velado “como aqui” (referência ao contexto brasileiro), mas relatam que tinham boas relações com todos. Há ainda aqueles que, à semelhança dos ouvidos em São Paulo, apontam não haver racismo ou discriminação. Há aqueles que apontam que havia, no meio rural, relações que lembravam a escravidão, fazendo referência, por exemplo, a maus tratos

físicos. Quanto às relações de trabalho, há relatos que apontam na direção do que os pesquisadores paulistas concluíram.

No que diz respeito à inserção na sociedade brasileira, há desde aqueles que não incorporaram traços de “brasilidade” àqueles que o fizeram. Os que aqui chegaram solteiros ou crianças casaram-se e constituíram suas famílias. Poucos foram aqueles que se naturalizaram. Nos depoimentos também há críticas ao governo angolano relativas à corrupção e à miséria que há hoje em Angola. Há um teor crítico também ao governo português no pós-25 de Abril. Há críticas contundentes à forma como o processo foi conduzido.

Quanto à educação, os depoimentos mostram que boa parte estudou em Liceus. Há quem tenha estudado em escolas técnicas e religiosas em regime de internato. Há também quem tenha estudado em internatos em Portugal, indo passar as férias de verão em Angola. Nem todos fizeram curso universitário. Com relação ao ensino superior, há quem tenha iniciado seus estudos em Portugal, sem concluí-los. Entre estes, há quem tenha apontado sofrer discriminação em Portugal por ser natural de Angola. Há quem tenha interrompido os estudos por sofrer perseguição política. Entre aqueles que fizeram universidade em Angola, há quem tenha concluído os estudos e aqueles que vieram a terminar os estudos já no Brasil, pois a saída de Angola deu-se no meio do curso.

Há quem tenha passado pelo serviço militar obrigatório. Chegaram a ter uma vivência na guerra colonial, mas, ao dar baixa, ingressaram no mercado de trabalho. Há ainda o caso de quem tenha vindo criança para o Rio de Janeiro e terminado aqui sua vivência escolar. Aqui são apontadas diferenças do sistema educacional de Angola (semelhante ao português) em relação ao brasileiro. Apontam que a escola em Angola era tradicional, que havia aulas de inglês e francês, o que aqui não encontraram. O ingresso nas escolas aqui foi tanto em escolas públicas quanto privadas. Notamos que nossos depoentes pouco falaram de suas vivências com relação à religião durante o período em Angola.

Com relação às famílias, amigos e à guerra colonial, há referências a separações de familiares, parentes que na saída tiveram diferentes destinos (Portugal, África do Sul, Brasil, entre outros) e que, ao longo dos anos, vieram a se reencontrar. Amigos que nunca mais encontraram, ou que foram reencontrar já no contexto brasileiro. Há referências à solidão sentida depois de passado o período de adaptação ao Rio de Janeiro, quando se estabilizou a busca por um lugar para morar e teve início o processo de fazer novas amizades. Há referências também à localização de amigos em outros países com a ajuda da rede mundial de computadores.

Como último tema a destacar, há as ideias políticas. Este é delicado, pois desperta muitas sensibilidades. É possível verificar diferentes posicionamentos. Há quem se declare apolítico. A maior parte dos depoentes toca em questões políticas na crítica ao processo de descolonização, visto como mal conduzido pelo novo regime português após a queda do Estado Novo. A rapidez do processo de descolonização é bastante criticada, assim como o fato de que a população não foi ouvida no processo. É comum encontrar entre os informantes a visão de que as antigas colônias foram entregues aos movimentos de libertação próximos ideologicamente ao novo regime de português. Há, por último, aqueles que evitam o tema.

**Bibliografia e Fontes:**

A Independência dos Inimigos, *Veja*, São Paulo, Abril, 1975, (376): p. 31, 19/11/1975.

BITTENCOURT, M. *Estamos Juntos. O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*, 2 v. Tese de Doutorado. Niterói: UFF. 2002.

CARDOSO, C.R.E. *Diáspora e Regresso: os imigrantes luso-angolanos no Brasil*, Dissertação de Mestrado, São Paulo: USP, 2008.

DEMARTINI, Z.B.F.; CUNHA, D.O. Os colonos da África portuguesa sob o regime colonial e seu deslocamento para o Brasil no pós-independência. In: *Cadernos CERU*, série 2, v. 19, n. 1, junho 2008.

Fugindo para o Brasil, *Veja*, São Paulo, Abril, 1975, (376): p. 38-39, 19/11/1975.

MAC QUEEN, N. *A descolonização da África Portuguesa: a revolução metropolitana e a dissolução do Império*, Mem Martins, Editorial Inquérito, 1998.

MAXWELL, K. *O Império Derrotado Revolução e Democracia em Portugal*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

MEIHY, J.C.S.B.; HOLANDA, F. *História Oral, como fazer, como pensar*, São Paulo, Contexto, 2007.

PEITOTO, C.B.T. *Limites do Ultramar Português possibilidades para Angola: o debate político em torno do problema colonial (1951 – 1975)*, Niterói, 2009, Dissertação de Mestrado.

PIMENTA, F. *Ideologia Nacional dos brancos Angolanos (1900-1975)*, VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 2004.

\_\_\_\_\_. *Angola no Percurso de um Nacionalista: conversas com Adolfo Maria*, Porto: Edições Afrontamento, 2006.

POLLACK, M. *Memória e Identidade Social*, *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212.

THOMPSON, P. *A voz do Passado: História Oral*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.